JURISPRUDENCIA DOS TRIBUNAIS

IMPÓSTO DE CONSUMO — ADICIONAL

— Admitida a compensação do impôsto, legítima era também a dos adicionais.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Companhia Geral de Motores do Brasil *versus* União Federal
Recurso de mandado de segurança n.º 18.661 — Relator: Sr. Ministro
ALIOMAR BALEEIRO

ACÓRDÃO

Vistos e relatados êstes autos de recurso de mandado de segurança número 18.661, do Estado de Pernambuco, em que é recorrente a Companhia Geral de Motores do Brasil (General Motors do Brasil S.A.) e recorrida União Federal, decide o Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, dar provimento, por maioria de votos, de acôrdo com as notas juntas.

Distrito Federal, 14 de novembro de 1968. — *Gonçalves de Oliveira*, Presidente — *Aliomar Baleeiro*, Relator para o acórdão.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro *Themistocles Cavalcanti* — A recorrente requereu mandado de segurança contra o ato do Inspetor da Alfândega do Recife que, em cumprimento de Portaria do Ministro da Fazenda, não recolheu guias do

impôsto de consumo em 1965, sem que fôsse feita a dedução do crédito das importâncias referentes ao adicional existente em seus livros fiscais, em 31.12.64, para o efeito da compensação prevista nos arts. 148 e 150 do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 45.422, de 12.2.64.

Que êsse ato é ilegal porque não sendo dado igual tratamento ao impôsto, não há como proceder diferentemente em relação ao adicional.

Que anteriormente já lhe fôra concedida segurança em casos semelhantes em relação às suas fábricas em São Paulo.

O juiz indeferiu o pedido.

O Tribunal Federal de Recursos confirmou a sentença, com o seguinte fundamento:

“Em seu parecer, a Subprocuradoria-Geral faz citação de voto proferido pelo Sr. Ministro OSCAR SARAIVA onde, a meu ver, a controvérsia de que cuidam os autos foi posta de forma exa-

ta e, por isso, faço meus os respectivos fundamentos assim expostos:

“Estou com o ponto de vista brilhantemente defendido, no caso, pelo ilustre Dr. Procurador da República em São Paulo, o Dr. JOAQUIM JUSTINO RIBEIRO e pelo Dr. Procurador da Fazenda Pública, Dr. CARLOS DA CUNHA BRAGA. Como bem observou o primeiro, com o encerramento da escrituração do adicional em 31.12.64, não havia mais possibilidade de se proceder ao encontro de contas entre os adicionais pagos por ocasião da compra de matérias-primas e os adicionais devidos pela venda dos referidos produtos, uma vez que a impetrante não cobraria mais o adicional em causa, quando da venda dos produtos de sua fabricação.

E não seria possível compensar importâncias já pagas por terceiros, com importâncias que não iriam mais ser recebidas, vale dizer, que a impetrante se beneficiaria, em verdadeiro enriquecimento sem causa, com sua pretendida compensação”.

Nego provimento ao recurso.

A douta Procuradoria-Geral da República proferiu o parecer de fls. 87, pelo não provimento do recurso.

VOTO

O Sr. Ministro Themistocles Cavalcanti (Relator) — A meu ver, bem decidiu o acórdão recorrido ao recusar a compensação do adicional pela Lei número 4.388, de 1964, depois de dezembro do mesmo ano (fls. 18).

Além do mais, o referido adicional teve finalidade expressa na lei que o criou, não sendo lícito confundir-lo com o próprio imposto.

Não há como considerar-se ilegal o ato do Ministro que mandou encerrar a escrituração do adicional.

O acórdão por cópia a fls. 61 divergiu do acórdão recorrido, porque permitiu a compensação do adicional, mas sem se referir à última parte da Portaria Ministerial.

No caso presente, o que está em causa é a parte final que manda encerrar a escrituração do adicional, em 31.12.64, não admitindo daí por diante mais compensação.

O acórdão a fls. 61 admite a compensação da matéria-prima sobre o mesmo adicional e não sobre o Imposto de Consumo.

Se assim deve ser entendido e assim o considerou o acórdão recorrido, é de se lhe negar provimento, ficando entendido, porém, que a compensação só se fará sobre o adicional e não sobre o imposto.

VISTA

O Sr. Ministro Aducto Cardoso — Recebi memorial do ilustre advogado, mas me sinto pouco esclarecido ainda para julgar o caso. Rogo, por isso, vênha ao eminente Ministro THEMISTOCLES CAVALCANTI para pedir vista dos autos.

O Sr. Ministro Aliomar Baleeiro — Tenho a impressão de que locupletamento haverá por parte da Fazenda Pública. Dentro do sistema brasileiro, adotado numa das últimas reformas do imposto de consumo, pretendeu-se tirar o efeito cumulativo desse tributo, segundo a técnica que na França tem o nome de *valeur ajoutée* e que os americanos chamam *value added*, pelo qual o imposto se acrescenta à criação do valor novo. Então, por facilidade administrativa, paga-se sobre o produto acabado, menos as matérias-primas e a quantidade de trabalho também. Digamos, a matéria-prima não existe ao alcance da mão. Ora, a atitude da Fazenda parece-me contrária à filosofia dessa reforma econômica, que foi consagrada pela Constituição de 67, para o I.P.I. e também para o imposto de circulação de mercadorias.

O Sr. Ministro Aducto Cardoso — Foi a primeira impressão que tive. Mas como divergir de um voto do eminente Ministro THEMISTOCLES CAVALCANTI não é coisa que se possa fa-

zer de improviso, prefiro pedir vista dos autos.

O Sr. Ministro Aliomar Baleeiro — Se dá trabalho, ou não, à Contabilidade Pública reabrir a conta e os títulos de impôsto adicional na escrituração da receita, é um problema do Ministério da Fazenda. Para isso é que há a Diretoria da Contabilidade Pública. A Fazenda não pode enriquecer em detrimento de um particular, contrariamente à política que inspirou a criação desse sistema de *valor agregado*.

O Sr. Ministro Adauto Cardoso — Considero meu pedido de vista uma homenagem ao eminente Ministro THEMÍSTOCLES CAVALCANTI.

EXTRATO DA ATA

RMS 18.661 — PE — Rel., Ministro THEMÍSTOCLES CAVALCANTI, recorrente, Companhia Geral de Motores do Brasil (General Motors do Brasil S.A.) (Adv., CARLOS EDUARDO DE BARROS BARRETO). Recda., União Federal.

Decisão: Pediu vista o Ministro ADAUCTO CARDOSO, após o voto do Relator, que negava provimento ao recurso. Falou, pela recte., o Doutor CARLOS EDUARDO DE BARROS BARRETO.

Presidência do Sr. Ministro EVANDRO LINS. Presentes à sessão os Senhores Ministros ADALÍCIO NOGUEIRA, ALIOMAR BALEEIRO, ADAUCTO CARDOSO, THEMÍSTOCLES CAVALCANTI e o Doutor OSCAR CORRÊA PINA, Procurador-Geral da República, substituto.

VOTO

O Sr. Ministro Adauto Cardoso — Parece-me de incontestável procedência a impetração. Realmente, se a lei admite a compensação do impôsto, terá de admiti-la quanto às elevações de sua alíquota, ainda que lhes dê o nome de acréscimos ou adicionais. Esses acréscimos ou adicionais são aqui da mesma natureza do impôsto de consumo e significam simples al-

teração das alíquotas. E a êles se devem aplicar as normas do Regulamento do impôsto de consumo, dentre elas a do art. 148 que instituiu a dedução do valor do impôsto relativo às matérias-primas e outros produtos aplicados ou empregados na fabricação e acondicionamento dos produtos tributados.

Com a vênia do eminente Relator, dou provimento para cassar o acórdão recorrido e conceder a segurança.

VISTA

O Sr. Ministro Aliomar Baleeiro — Sr. Presidente, peço vista dos autos.

EXTRATO DA ATA

RMS 18.661 — PE — Rel., Ministro THEMÍSTOCLES CAVALCANTI. Recorrente, Companhia Geral de Motores do Brasil (General Motors do Brasil S.A.) (Adv., CARLOS EDUARDO DE BARROS BARRETO). Recda., União Federal.

Decisão: Após o voto do Ministro ADAUCTO CARDOSO, que dava provimento ao recurso, pediu vista o Ministro ALIOMAR BALEEIRO.

Presidência do Sr. Ministro EVANDRO LINS. Presentes à sessão os Senhores Ministros ADALÍCIO NOGUEIRA, ALIOMAR BALEEIRO, ADAUCTO CARDOSO, THEMÍSTOCLES CAVALCANTI e o Dr. OSCAR CORRÊA PINA, Procurador-Geral da República, substituto.

EXTRATO DA ATA

RMS 18.661 — PE — Rel., Ministro THEMÍSTOCLES CAVALCANTI. Recte., Companhia Geral de Motores do Brasil (General Motors do Brasil S.A.) (Adv., CARLOS EDUARDO DE BARROS BARRETO). Recda., União Federal.

Decisão: A Turma decidiu unânimemente, remeter o processo a julgamento do Plenário.

Presidência do Sr. Ministro EVANDRO LINS. Presentes à sessão os Senhores Ministros ADALFÍCIO NOGUEIRA, ALIOMAR BALEEIRO, ADAUCTO CARDOSO, THEMÍSTOCLES CAVALCANTI e o Doutor OSCAR CORRÊA PINA, Procurador-Geral da República, substituto.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Themistocles Cavalcanti — A recorrente requereu mandado de segurança contra o ato do Inspetor da Alfândega do Recife que, em cumprimento de Portaria do Ministro da Fazenda não recolheu guias do imposto de consumo em 1965, sem que fôsse feita a dedução do crédito das importâncias referentes ao adicional existente em seus livros fiscais, em 31.12.64, para o efeito da compensação prevista nos arts. 148 e 150 do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 45.422, de 12.2.64.

Que esse ato é ilegal porque, não sendo dado igual tratamento ao imposto, não há como proceder diferentemente em relação ao adicional.

Que anteriormente já lhe fôra concedida segurança em casos semelhantes em relação às suas fábricas em São Paulo.

O juiz indeferiu o pedido.

O Tribunal Federal de Recursos confirmou a sentença, com o seguinte fundamento:

“Em seu parecer, a Subprocuradoria-Geral faz citação de voto proferido pelo Senhor Ministro OSCAR SARAIVA onde, a meu ver, a controvérsia de que cuidam os autos foi posta de forma exata e, por isso, faço meus os respectivos fundamentos assim expostos:

Estou com o ponto de vista brilhantemente defendido, no caso, pelo ilustre Doutor Procurador da República em São Paulo, o Dr. JOAQUIM JUSTINO RIBEIRO e pelo Dr. Procurador da Fazenda Pública, Dr. CARLOS DA CUNHA BRAGA. Como bem observou o primeiro, com o encerramento da

escrituração do adicional em 31.12.64, não havia mais possibilidade de se proceder ao encontro de contas entre os adicionais pagos por ocasião da compra de matérias-primas e os adicionais devidos pela venda dos referidos produtos, uma vez que a impetrante não cobraria mais o adicional em causa, quando da venda dos produtos de sua fabricação.

E não seria possível compensar importâncias já pagas por terceiros, com importâncias que não iriam mais ser recebidas, vale dizer, que a impetrante se beneficiaria, em verdadeiro enriquecimento sem causa, com sua pretendida compensação”.

Nego provimento ao recurso.

A douta Procuradoria-Geral da República proferiu o parecer de fls. 87, pelo não provimento do recurso.

O Sr. Ministro Themistocles Cavalcanti (Relator) — A meu ver, bem decidiu o acórdão recorrido ao recusar a compensação do adicional pela Lei n.º 4.388, de 1964, depois de dezembro do mesmo ano (fls. 18).

Além do mais, o referido adicional teve finalidade expressa na lei que o criou, não sendo lícito confundir-lo com o próprio imposto.

Não há como considerar-se ilegal o ato do Ministro que mandou encerrar a escrituração do adicional.

O acórdão por cópia a fls. 61 divergiu do acórdão recorrido, porque permitiu a compensação do adicional, mas sem se referir à última parte da Portaria Ministerial.

No caso presente, o que está em causa é a parte final que manda encerrar a escrituração do adicional, em 31.12.64, não admitindo daí por diante mais compensação.

O acórdão a fls. 61 admite a compensação da matéria-prima sobre o mesmo adicional e não sobre o imposto de consumo.

Se assim deve ser entendido e assim o considerou o acórdão recorrido, é de se lhe negar provimento, ficando entendido, porém, que a compensação

só se fará sôbre o adicional e não sôbre o impôsto.

VOTO

O Sr. *Ministro Aliomar Baleeiro* — Senhor Presidente, mantenho meu voto dado na Segunda Turma, no qual adotei o voto do eminente Ministro ADAUCTO CARDOSO.

Ainda ressoa, aqui, na sala, a voz do eminente Procurador-Geral da República, que chamou a atenção de que, neste caso, o Ministro, por uma interpretação administrativa, admitiu, no ano de 64, a compensação do adicional do imposto de consumo, criado por uma lei de duração predeterminada.

Então, S. Exa. disse (a expressão foi esta) que na *imprecisão* do texto, procurou-se dar uma interpretação econômica, visando, sobretudo, à manutenção da competição entre industriais.

O legislador brasileiro, quando, há cerca de 10 anos, introduziu a técnica do chamado valor agregado, já adotado na França com o nome de *valeur ajoutée e de value added* em alguns Estados americanos, quis um determinado fim: — evitar que a superposição contínua do impôsto, nas várias etapas do processo de produção, viesse, de um lado, a agravar desmesuradamente o contribuinte, que é o consumidor, o contribuinte *de facto*, e, em segundo lugar, não viesse a desfavorecer o país na concorrência, porque nos produtos acabados entram vários custos, às vezes dependentes do mercado externo de matérias-primas.

Quando o Governo brasileiro propôs ao Congresso Nacional a introdução dessa técnica, pela qual se abate do impôsto a pagar o impôsto já pago pelos elementos formadores do produto, êle estava consciente de tôdas essas considerações de ordem econômica e de política fiscal, que armam o país para concorrer, sempre que obrigado a incorporar às suas maté-

rias-primas certos elementos importados.

Suponhamos a lã do Rio Grande do Sul, ou, mais exatamente, os tecidos de lã do Rio Grande do Sul. O eminente Ministro ELOY DA ROCHA e o eminente Ministro THOMPSON FLORES sabem que os tecidos de lã do Rio Grande do Sul, muitas vezes, são feitos com lã do Uruguai. Recebe-se aquela lã grossa, imunda, cheia de sujeira e de gordura. Então, os produtores do Rio Grande do Sul compram-na, para eliminar a gordura e a impureza. É uma primeira etapa do processo. Paga-se, aí, o impôsto. Depois, numa segunda etapa, vendem-na para as empresas que fazem apenas a filação, torcem os fios de lã, e os vendem a firmas de tessitura, suponhamos a Renner. Essas, colorem, trançam os fios e formam o tecido. A Fábrica Renner transforma-os em roupas.

Ora, a lã às vezes e as anilinas sempre são de importação estrangeira, assim como outros elementos são de importação estrangeira. Daí êsse processo econômico, que arma mais adequadamente o contribuinte para a concorrência.

Ora, o Ministro admitiu o abatimento do adicional, a dedução do adicional, compensando, da mesma maneira como se compensa o impôsto principal, que é o imposto de consumo. O advogado deixou bem claro aqui que o impôsto é o mesmo. Era o impôsto de consumo. Criou-se um adicional. É o mesmo impôsto de consumo, mas como majoração. Nada mais, nada menos. O acessório devia seguir a posição do principal. O Ministro resolveu parar no dia 31.12.64, porque mandou fechar a contabilidade. O contribuinte, então, lançou o tributo numa conta especial. Não é por causa de um artifício da conveniência da Contadoria-Geral da República que se vai tolher a uma série de industriais, que não tiveram tempo de vender sua mercadoria, ou outra coisa, sei lá, de abater, como se abate tudo o mais.

Não quero ler, Sr. Presidente, o voto que dei na Turma.

Acredito que o princípio do *valeur ajoutée*, da dedução do valor pago antes, para que o tributo caia apenas no nôvo valor acrescido ao produto, tudo isso tem uma algaravia econômica a que se chama o *input*: todos os elementos integrados para obter um produto nôvo, o *output*, produto acabado e final.

Isso é tão importante do ponto de vista econômico e de política fiscal que o constituinte de 1967, e já antes dêle o da Emenda n.º 18, de 1965, deram o caráter de princípio constitucional e o estenderam, em boa hora, ao impôsto de circulação de mercadorias.

O Sr. Ministro Gonçalves de Oliveira (Presidente) — É pena que não tivesse estendido aos produtos agrários e pecuários.

O Sr. Ministro Aliomar Baleeiro — Já temos tido vários casos dêsses discutidos na Segunda Turma.

Tudo isso, a meu ver, está iluminando o problema e mostrando a finalidade que o legislador teve em vista e que não pode admitir exclusão, porque um funcionário resolve ter uma interpretação muito sutil, muitas vêzes interessada para êle. Na realidade não aumenta os recursos do Tesouro, porque prejudica a política nacional, que tem por objetivo aumentar o produto bruto do país, fazer com que o país possa ter um bôlo maior e dividi-lo por todos, evitando todos êsses desajustes sociais que estamos assistindo.

Dou provimento ao recurso, *data venia*.

EXTRATO DA ATA

RMS 18.661 — PE — Rel., Ministro THEMÍSTOCLES CAVALCANTI. Recorrente: Companhia Geral de Motores do Brasil (General Motors do Brasil S.A.) (Adv., CARLOS EDUARDO DE BARROS BARRETO. Recda., União Federal.

Decisão: Depois do voto do Relator, THOMPSON FLORES, AMARAL SANTOS e DJACI FALCÃO, negando provimento e do Ministro ALIOMAR BALEEIRO dando provimento, pediu vista o Mi-

nistro EVANDRO LINS. Licenciado, o Senhor Ministro ADAUCTO CARDOSO. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro LUIZ GALLOTTI, Presidente. Falou o Dr. CARLOS EDUARDO DE BARROS BARRETO pela recorrente e o Dr. DÉCIO MIRANDA, pela recorrida.

Presidência do Sr. Ministro GONÇALVES DE OLIVEIRA, Vice-Presidente, na ausência justificada do Sr. Ministro LUIZ GALLOTTI, Presidente. Licenciado, o Sr. Ministro ADAUCTO CARDOSO.

VOTO

O Sr. Ministro Evandro Lins — A recorrente pretende deduzir do impôsto de consumo, após 31.12.64, o adicional pago de acôrdo com a ... Lei n.º 4.388, de 28.8.64, relativo às matérias-primas adquiridas para emprego na fabricação de seus produtos.

Argumenta que, sendo o adicional um complemento do impôsto, não pode a dedução deixar de ser feita.

A impetração insurge-se contra a Portaria do Ministro da Fazenda que mandou encerrar a escrituração do adicional em 31.12.64, "seja qual fôr a posição da conta, sendo recolhido o débito aos cofres públicos e cancelado qualquer crédito".

O Senhor Ministro THEMÍSTOCLES CAVALCANTI, relator do feito, negou provimento ao recurso, e os demais Ministros o acompanharam, até que o Senhor Ministro ALIOMAR BALEEIRO divergiu, para dar provimento ao recurso.

Pedi vista, a fim de verificar precedentes do Supremo Tribunal Federal sôbre a matéria.

Na verdade, em casos não idênticos, mas semelhantes, a segurança foi negada. Tratava-se de selagem por verba e se entendeu que a compensação instituída pela Lei n.º 3.520-58 não abrangia os produtos sujeitos à selagem direta, com o impôsto já pago sôbre a matéria-prima utilizada na respectiva fabricação.

Assim se decidiu nos recurso de mandado de segurança n.º 16.106, re-

lador o Sr. Ministro HERMES LIMA, R.T.J. 37/559; recurso de mandado de segurança n.º 16.954 e 18.332, julgados pela 2.ª Turma em 4.6.68 e 29.5.68, relator o Senhor Ministro ADAUCTO CARDOSO; e no Recurso de Mandado de Segurança 17.281, julgado pela 1.ª Turma, relator o Sr. Ministro BARROS MONTEIRO, DJ 16.8.68.

No julgamento do recurso extraordinário n.º 55.209, a decisão foi em sentido contrário, pois não se conheceu do recurso da União Federal, interposto de decisão do Tribunal Federal de Recursos, que concedera segurança a contribuintes, reconhecendo o direito à compensação.

Com a devida vênua do eminente Ministro ALIOMAR BALEEIRO, acompanhamento do eminente Ministro THEMÍSTOCLES CAVALCANTI.

A Lei n.º 4.388, de 28.8.64, aumentou as alíquotas do imposto de consumo no período compreendido entre 1.º de setembro e 31 de dezembro de 1964.

Não me parece que seja ilegal a portaria do Ministro da Fazenda, que mandou encerrar qualquer compensação exatamente no dia em que a lei deixou de vigor. O regulamento que mandava fazer a dedução sobre o valor do imposto relativo às matérias-primas é anterior a essa lei e, por isso, a meu ver, não a abrangia. Estabelecendo o limite para dedução quanto ao adicional em 31.12.64, parece-me que o Ministro da Fazenda não exorbitou de sua autoridade nem violou a lei.

A meu ver, não há liquidez e certeza no direito da recorrente, que tem contra si os precedentes já citados do Supremo Tribunal Federal, em casos semelhantes.

Acompanho o eminente Relator.

SUSTENTAÇÃO DE VOTO

O Sr. Ministro Aliomar Baleeiro — Senhor Presidente, permita uma pequena justificação do meu voto.

O caso não tem maior importância, porque é uma situação que já se extinguiu no tempo, porém, considerando a posição dos litigantes, lamento divergir do eminente Ministro EVANDRO LINS e do eminente Relator. O fato é que se criou um adicional do imposto de consumo, com vigência a termo. Deveria terminar no dia 31 de dezembro. Vigorava no País, desde 58, um sistema de *valor acrescido*, em que o imposto não se exige cumulativamente, mas a cada etapa do processo de produção. Acresce-se sobre o valor novo, acrescentado ou introduzido na manipulação do produto, até sua etapa final, quando da entrega ao consumo. Esse era, e é, o sistema.

Os acórdãos citados pelo eminente Ministro EVANDRO LINS reportam-se a casos diversos. O Supremo, nesses casos — não estou, aliás, muito convencido, mas isso não interessa — repeliu a dedução, quando o imposto tivesse sido pago em estampilhas coladas ao produto, porque havia, naquela época, um dispositivo dizendo que imposto em estampilhas, inclusive de selo, não seria restituível. Ora, deu-se que um Ministro da Fazenda, arbitrariamente, *data venia*, por uma portaria, suspendeu o efeito do sistema jurídico que regula o imposto de consumo. Ele entendeu de no dia 31 de dezembro mandar fechar o caixa, não se deduzindo mais nada do imposto de consumo pago a mais.

O contribuinte tinha o direito de abater o imposto pago, naquelas parcelas relativas à matéria-prima já tributada nas operações anteriores. Nós sabemos que a variedade da indústria nacional, hoje, atinge a pontos tais que, conforme o produto, um pode ser elaborado em dias, outro em meses. Imaginemos dois ou três exemplos. O fardão que o Ministro HERMES LIMA usará na sua posse na Academia é um trabalho de arte. Terá que ser determinado o tecido, será bordado a ouro, naturalmente será experimentado muitas vezes. É uma es-

pécie de artesanato, mas que paga impôsto de consumo. Entretanto, a preparação de café torrado, que é indústria, pode ser feita em 24 horas. Inúmeros outros produtos, por processos mecânicos complicados. Mas um automóvel tem uma série de etapas de produção e montagem, principalmente quando é feito em série. Certos produtos, como o uísque, a cerveja, o vinho, têm períodos de maturação, de fermentação, destilação, complicadíssimos. E todo mundo sabe que são melhores quanto mais velhos. Ora, todos aquêles ramos de indústrias nos quais, pela sua própria natureza técnica, não se pode conseguir a realização das operações para dedução em prazo curto, estão sacrificados. Mas ficam beneficiados, já agora por uma discriminação iníqua, aquêles que podem consumir seus processos de produção em poucos dias, ou apenas num dia, ou em horas.

Tenho a impressão de que o Ministro exorbitou, derogando, por uma portaria, todo o sistema jurídico que condiciona o impôsto pela técnica do valor agregado no Brasil.

O Sr. Ministro Victor Nunes — A dedução era regra adotada antes, e continua a ser feita depois do interregno pretendido pela Administração?

O Sr. Ministro Aliomar Baleeiro — Já era desde 58. A Emenda número 18 tornou o princípio constitucional, quer para o impôsto de consumo, que hoje se chama "sôbre produtos industrializados", quer para o de vendas, que hoje se chama de "circulação de mercadorias".

VOTO

O Sr. Ministro Victor Nunes — Peço vênia aos que já se pronunciaram, especialmente ao Relator e ao Senhor Ministro EVANDRO LINS, que pediu vista dos autos, para acompanhar o voto do Sr. Ministro ALIOMAR BALEEIRO, que me convenceu. Se a dedução já existia antes, e se é hoje

princípio basilar do nosso sistema tributário, não se compreende aquêles interregno, com base em lei, que se limitou a criar um adicional transitório, sem afetar o sistema de cobrança.

VISTA

O Sr. Ministro Aduacto Cardoso — Senhor Presidente, peço vista dos autos.

EXTRATO DA ATA

RMS 18.661 — PE — Rel., Ministro THEMÍSTOCLES CAVALCANTI. Rcte., Companhia Geral de Motores do Brasil (General Motors do Brasil S. A.) (Adv. CARLOS EDUARDO DE BARROS BARRETO). Rcdca., União Federal.

Decisão: Depois do voto do Ministro Relator, THOMPSON FLORES, AMARAL SANTOS, DJACI FALCÃO, EVANDRO LINS e LAFAYETTE DE ANDRADA negando provimento e dos votos dos Ministros ALIOMAR BALEEIRO, ELOY DA ROCHA, OSWALDO TRIGUEIRO, ADALFÍCIO NOGUEIRA e VICTOR NUNES dando provimento, pediu vista o Ministro ADAUCTO CARDOSO.

Presidiu ao julgamento o Senhor Ministro GONÇALVES DE OLIVEIRA, Vice-Presidente, por ter presidido o julgamento anterior.

Presidência do Sr. Ministro GONÇALVES DE OLIVEIRA. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro BARROS MONTEIRO.

VOTO (VISTA)

O Sr. Ministro Aduacto Cardoso — Com a vênia necessária do eminente Ministro THEMÍSTOCLES CAVALCANTI e dos que o acompanham, fico com o meu voto proferido na 2.^a Turma, ao qual adito as brilhantes considerações lá e aqui formuladas pelo eminente Ministro ALIOMAR BALEEIRO.

A ilegalidade do ato ministerial é flagrante. A lei admitiu a compensação do impôsto de consumo. Lógico foi que se admitisse a mesma compensação relativamente a adicionais do mesmo impôsto, que mais não eram que a elevação das alíquotas dêle.

Não podia o Senhor Ministro da Fazenda, inspirado nas conveniências contábeis do Tesouro, suspender a compensação, fixando-lhe um têrmo que não vinha fixado na lei. Reitero meu voto proferido na 2.^a Turma para dar provimento ao recurso e conceder a segurança.

RETIFICAÇÃO DE VOTO

O Sr. Ministro Djaci Falcão — Peço a palavra, para reconsiderar o voto que emiti, acompanhando o eminente Relator.

Dou provimento, nos têrmos do voto do Ministro ALIOMAR BALEEIRO, secundado pelas razões agora expostas pelo eminente Ministro ADAUCTO CARDOSO.

EXTRATO DA ATA

RMS 18.661 — PE — Rel., Ministro THEMÍSTOCLES CAVALCANTI. Recte., Companhia Geral de Motores do Brasil S.A.) (Advogado): CARLOS EDUARDO DE BARROS BARRETO). Rcd., União Federal.

Decisão: Deram provimento contra os votos dos Ministros Relator, THOMPSON FLORES, AMARAL SANTOS, EVANDRO LINS, HERMES LIMA e LAFAYETTE DE ANDRADA.

Presidência do Sr. Ministro GONÇALVES DE OLIVEIRA, Vice-Presidente. Presentes à sessão os Srs. Ministros THOMPSON FLORES, AMARAL SANTOS, THEMÍSTOCLES CAVALCANTI, BARROS MONTEIRO, ADAUCTO CARDOSO, DJACI FALCÃO, ELOY DA ROCHA, OSWALDO TRIGUEIRO, ADALÍCIO NOGUEIRA, HERNES LIMA, VICTOR NUNES e LAFAYETTE DE ANDRADA. Ausentes, justificadamente,, os Srs. Ministros LUIZ GALLOTTI, Presidente, EVANDRO LINS e ALIOMAR BALEEIRO.